



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA: SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

CÓDIGO SIAFI: 120052

SIGLA: SDPP

PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA: 24 A 28 DE JUNHO DE 2013

DIRIGENTE MÁXIMO: BRIGADEIRO INTENDENTE MARCOS ANTONIO DINIZ CHAGAS

EXERCÍCIO: 2012

PORTARIA CENCIAR Nº 26-T/CENCIAR1, DE 7 DE MAIO DE 2013.

PROCESSO Nº 67022.000512/2013-11

I – FINALIDADE DO RELATÓRIO

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 124, de 5 de dezembro de 2012, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2012, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

II – METODOLOGIA DOS EXAMES

Os exames foram realizados, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, “in loco”, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental, entrevistas, conferência de cálculos e inspeção física.

Por ocasião da visita da Equipe de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro, quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.

III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS

A unidade elaborou as peças a ela atribuídas. Contudo, quanto aos formatos e conteúdos obrigatórios, previstos nos normativos do Tribunal de Contas da União, verificou-se que as informações referentes aos seguintes pontos do Relatório de Gestão não foram totalmente atendidas:

duane

- A contagem das páginas incluiu a capa, quando deveria ter sido iniciada pela contracapa; e

- No item 6.2.4 – “Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada”, foi informado que “Não se aplica à natureza jurídica desta UJ”, devido ao fato de que “A contratação dos serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva fica a cargo da Unidade Apoiadora Grupo de Apoio do Rio De Janeiro (GAP-RJ), que apresentará as informações em seu Relatório de Gestão”; no entanto, a informação correta seria a de que “não há conteúdo a ser declarado”.

A declaração do contador apresentada pela UJ foi emitida pela Subsecretaria de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA, que é a organização responsável pela realização das atividades de contabilidade, bem como, pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis de todas as unidades jurisdicionadas do Comando da Aeronáutica, conforme prevê o art. 8º do Regulamento daquela Secretaria - ROCA 20-8, aprovado pela Portaria nº 131/GC3, de 4 de março de 2010.

2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

Para as diversas ações de planejamento e gestão orçamentária e financeira da UJ foi considerado o recurso orçamentário disponibilizado pelo Governo Federal, tanto para o custeio como para os investimentos. Os recursos utilizados possibilitaram a garantia da manutenção e operacionalidade da SDPP, bem como das condições para os investimentos necessários à sua evolução, considerando o período do exercício financeiro em tela.

A SDPP é o Órgão Central do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica, no qual estão inclusas 68 organizações da Aeronáutica espalhadas por todo o território nacional, que enviam mensalmente à SDPP todas as alterações relacionadas ao pagamento de seus respectivos efetivos, o que exige um planejamento eficiente com o propósito de garantir a segurança e a tempestividade das operações relacionadas ao pagamento de pessoal.

A SDPP tem por finalidade planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas ao pagamento do pessoal civil e militar do Comando da Aeronáutica (COMAER) no País e no Exterior, sendo importante observar que as atividades desenvolvidas estão em conformidade com a Missão da Aeronáutica e, em particular, ao disposto:

a) no projeto estratégico do Comando Geral do Pessoal (COMGEP), constante do PCA 30-15/2011, letra “g”, que trata do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – SIGPES; e

b) no Objetivo Estratégico nº 1, do PTUG 2012, da DIRINT que trata de “aprimorar o apoio aos militares e civis do COMAER”, subdividido em:

- modernizar o sistema de pagamento de pessoal, por meio do SIGPES;
- promover gestões para a capacitação, treinamento e desenvolvimento do pessoal para atuação nos diversos sistemas de intendência;
- dar continuidade às ações referentes à modernização do módulo de pagamento de pessoal no SIGPES (objetivo da DIRINT); e
- manter o sistema de pagamento do pessoal sempre atualizado e de acordo com as mais eficazes tecnologias (medida estratégica atribuída à SDPP pela DIRINT).

A SDPP estabeleceu, por meio de reuniões com a alta administração da UJ, o seu planejamento estratégico com os seguintes objetivos estratégicos:

- Aperfeiçoar a Execução Orçamentária e Financeira, com foco na otimização do tempo de resposta às demandas correntes do SISPAGAER;

Objetivo Estratégico Nº 2 - Aprimorar a qualidade e a eficiência dos processos do SISPAGAER utilizando-se prioritariamente dos recursos da Tecnologia da Informação;

Objetivo Estratégico Nº 3 - Desenvolver competências profissionais nos integrantes do SISPAGAER, de modo a aumentar a qualidade e a eficiência dos processos de pagamento de pessoal; e

Objetivo Estratégico Nº 4 - Garantir a normatização tempestiva das atividades do SISPAGAER, promovendo ampla divulgação aos Elos do Sistema.

Do acima exposto, depreende-se que os objetivos estratégicos da SDPP estão vinculados aos objetivos estratégicos da DIRINT, bem como alinhados com o Programa de Trabalho da DIRINT e com o Plano Setorial do COMGEP, unidades as quais se encontra subordinada.

Para o alcance desses objetivos, a UJ estabeleceu metas, ações/atividades, com abrangência de um ano, que foram realizadas total ou parcialmente no exercício de 2012, conforme registrado na Introdução e no item 2.3 - Execução do Plano de Metas ou de Ações, do seu Relatório de Gestão.

No entanto, cabe ressaltar na análise das metas a atingir em 2012 que:

a) apesar de a SDPP vir cumprindo com eficiência e eficácia a sua principal meta, que é a de disponibilizar o pagamento do efetivo da Aeronáutica até o segundo dia útil de cada mês, não há nenhuma referência no PTUG e no Relatório de Gestão da SDPP sobre essa meta; e

b) as metas não foram adequadamente quantificadas no Plano de Trabalho da Unidade Gestora (PTUG).

A SDPP informou, por exemplo, como medida de realização de metas o percentual alcançado no exercício em questão sem discriminar no seu PTUG e no próprio Relatório de Gestão (RG) qual o percentual previsto a ser atingido e a unidade de medida utilizada. Citam-se, como exemplos, as metas de:

a) “reduzir o lapso temporal para remessa de financeiro referentes aos PAG relativos aos pagamentos creditados no banco 00”. Consta no RG que o lapso temporal foi reduzido em 60% comparado com o último trimestre de 2012; porém, não informa qual o era o lapso temporal anterior e o atual (dias, meses; etc.), e tampouco o percentual a ser atingido em 2012;

b) “desenvolver itens de boletim no MOPAG”. Consta apenas que foram desenvolvidos 50% dos itens, sem informar a quantidade prevista de itens a desenvolver e o percentual previsto para ser atingido no exercício;

c) “atualizar a ICA 35-8”. Consta apenas que foram atualizados 70% dos itens; e

d) “consolidar a matéria que versa sobre pagamento de auxiliares locais”. Consta apenas que foi consolidado 30% da matéria.

Já na meta de “capacitar RH da SDPP” cujas principais atividades são a de “promover o treinamento dos militares da SDPP, através de cursos e estágios nas áreas de TI e de Orçamento e Finanças” não foi informado no PTUG e no Relatório de Gestão (RG) o

número de militares por posto/graduação e os cursos/estágios previstos para serem realizados no exercício de 2012.

Em virtude dessa falta de uma definição clara das quantidades a serem atingidas em cada meta, as análises da eficácia e da efetividade das ações desenvolvidas ficaram prejudicadas, haja vista a ausência de parâmetros objetivos de comparação.

XX - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A SDPP, com a finalidade de demonstrar como ocorre a entrada e o fluxo dos insumos até a obtenção do produto final (pagamento de pessoal) e como estão organizadas as suas funções, elaborou quatro macroprocessos associados às atividades-fim e meio da organização e diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos usuários, sendo três finalísticos e um de apoio operacional:

- a) Confecção da Folha de Pagamento - País (FOPAG-PAÍS);
- b) Confecção da Folha de Pagamento - Exterior (FOPAG-EXTERIOR);
- c) Apoio às Unidades Pagadoras (UPAG); e
- d) Apoio Operacional.

Na análise desses macroprocessos, verificou-se que não estão claras as atividades desenvolvidas em cada etapa dos macroprocessos; onde estão localizados os pontos de controle existentes; e, quando e de que maneira as informações (insumos) das organizações dão entrada e permeiam (fluxo) por todo o sistema de pagamento de pessoal, até o depósito dos valores correspondentes à remuneração do usuário (produto final) em sua respectiva conta corrente e agência bancária no prazo previsto. As atividades desenvolvidas em cada etapa (“caixinha”) do macroprocesso devem ser explicitadas resumidamente, de modo que o leitor saiba exatamente o que é realizado em cada etapa.

As atividades sobre “Credenciamento de Entidades Consignatárias”, “Instrução de processos judiciais de pagamento de pessoal” e “Pagamento e prestação de contas de diárias em moeda estrangeira”, que compõem etapas dentro dos macroprocessos Confecção da Folha de Pagamento – País e Confecção da Folha de Pagamento – Exterior, deveriam ser alvo de um processo individual à parte desses macroprocessos finalísticos; pois, apesar de tratarem de assuntos relacionados a pagamento de pessoal, recebem um tratamento diferenciado daquele referente ao pagamento normal de todo o efetivo civil e militar do COMAER.

Finalmente, foram utilizadas as expressões Confecção da FOPAG – PAÍS e Confecção da FOPAG – EXTERIOR, ambas no item 1.3.3, e Produção da FOPAG – PAÍS no item 1.4.1, para identificar os macroprocessos, sugere-se alterar o nome desses macroprocessos para, respectivamente, Pagamento de Pessoal no País e Pagamento de Pessoal no Exterior.

3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

A SDPP apresentou em seu Relatório de Gestão cinco indicadores que foram considerados alinhados com a missão da Unidade, que é a de planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas ao pagamento de pessoal civil e militar do Comando da Aeronáutica (COMAER) no País e no Exterior.

No entanto, na análise desses indicadores, verificou-se que alguns não são claros quanto à real possibilidade de sua aplicação, finalidade e utilidade para aquilo a que se propõem a medir, em particular para a tomada de decisões da Administração, como, por exemplo, o indicador que se destina a medir o grau de coordenação entre a SDPP e a rede bancária integrante do processo de pagamento de pessoal (item 2.4, pág 27 do RG). Além disso:

a) apresentam metas físicas a atingir no exercício que não constam do PTUG da UJ;

b) não constam do Indicador de Coordenação, que mede o nível de coordenação entre a SDPP e os bancos integrantes do SISPAGAER, campo “Fórmula do Indicador de Desempenho” ($ICd = 100 \times (Nm/12) \times (Sb/Tf)$), os valores correspondentes às variáveis Nm e Sb:

Nm = Número de meses que o arquivo eletrônico da folha de pagamento foi entregue aos bancos, em até 48 h úteis, antes do 2º dia útil do mês subsequente.

Sb = Somatório da folha de pagamento dos bancos, nos meses que não cumpriram o prazo de creditar os valores em conta corrente, até o 2º dia útil do mês;

c) no Indicador de Eficiência nº 2, que mede o percentual de funcionalidades disponibilizadas para acesso ao público-alvo, a avaliação do resultado atingiu 131,25%, sem informação quanto aos motivos que concorreram para o alcance deste percentual;

d) no Indicador de Eficiência nº 3, que mede a quantidade de Simpósios realizados pela SDPP, o resultado foi considerado 100% satisfatório e foi realizado um Simpósio em 2012. No ano anterior, foram realizados dois simpósios e a avaliação atingiu os mesmos 100%; no entanto, não consta nenhum esclarecimento quanto ao fato de a realização de dois simpósios num ano e de um simpósio no ano seguinte terem alcançado o mesmo percentual de satisfação junto à SDPP; e

e) a fórmula de cálculo do Indicador de Eficiência nº 4 $\{IEpnc = (LT_{m-2} + LP_{m-1} + LP_m) / 3\}$, que mede o lapso temporal entre o não pagamento da remuneração a usuários do sistema na data apazada, que por motivos diversos tiveram o seu pagamento temporariamente bloqueado, e o efetivo depósito em conta corrente, possui variáveis que, aparentemente, não são de fácil obtenção e compreensão, o que não permite uma análise mais aprimorada de sua real utilização.

4. RESULTADOS DOS PROGRAMAS E AÇÕES

A UJ recebeu recursos para o cumprimento das obrigações com o pagamento de pessoal do Comando da Aeronáutica nos programas e ações a seguir relacionados:

PROGRAMA		AÇÃO		VALOR
Código	Descrição	Código	Descrição	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	179	Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Militares das Forças Armadas	5.721.528.113,78

PROGRAMA		AÇÃO		VALOR
Código	Descrição	Código	Descrição	
		181	Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis	833.097.181,90
2108	Programa de Gestão de Manutenção do Ministério	20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	444.554.195,80
			Pagamento de Pessoal Ativo da União	14.360.097,14
		2867	Pagamento de Pessoal Militar das Forças Armadas	3.485.809.070,83
			Pagamento de Pessoal Militar das Forças Armadas	70.838.769,64
		0739	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos Termos da Lei nº 11.354, de 19/01/2006	217.180.455,29
		09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de	81.118.885,39
			Previdência dos Servidores Públicos Federais	
		0C01	Código Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou Prestação Mensal,	14.661.356,59

PROGRAMA		AÇÃO		VALOR
Código	Descrição	Código	Descrição	
			Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002	
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0716	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos	81.562,00

A UJ recebeu todo o crédito necessário para a liquidação da folha, e o numerário correspondente para o cumprimento das obrigações com o pagamento de pessoal, uma vez que a atividade desenvolvida pela UJ possui acompanhamento e gerenciamento prioritários dentro das Ações de Governo, razão pela qual não ocorreram problemas no curso do ano de 2012. As suplementações necessárias foram concedidas sem solução de continuidade para o processo de pagamento de pessoal. Dessa forma, depreende-se que os recursos recebidos por meio dos Programas do Governo Federal, 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 2108 - Programa de Gestão de Manutenção do Ministério, permitiram à SDPP cumprir com eficiência e eficácia a sua meta principal prevista para o exercício de 2012, que foi a de disponibilizar o pagamento do efetivo da Aeronáutica até o segundo dia útil de cada mês.

Constatou-se que no subitem 4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação, letra “j” – Pagamento em Folha, não foi preenchido o valor correspondente ao montante da despesa paga da folha de pagamento pelo COMAER, que importou em conforme detalhamento extraído do SIAFI, Conta Contábil 3.3.1.0.0.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS no exercício de 2012.

Considerando que o gasto anual do exercício de 2012 importou em R\$ 10.883.148.126,36, portanto, com uma média mensal de R\$ 906.929.010,53, e que o efetivo médio mensal pago importa em aproximadamente 185.000 pessoas (Ativos, inativos, pensionistas e anistiados políticos), o salário médio do efetivo da Aeronáutica é de R\$ 4.902,31.

5. CONTROLES INTERNOS

O atendimento às diversas atividades de controle no âmbito da UJ está disciplinado por legislação do governo federal, por normas internas emitidas pelo COMAER e por normas emitidas pela própria UJ, em atenção às especificidades de suas atribuições. O processamento da tramitação de documentos, da informação e da comunicação entre o efetivo da organização é realizado por meio de programas (software) desenvolvidos para esse fim no COMAER. A informação e comunicação interna e externa são consideradas suficientes e atendem aos diferentes níveis da organização, posto que são utilizados diversos meios de comunicação, como, por exemplo: Publicações em Boletim Interno Ostensivo, mensagens SIAFI, fax, telefone, mensagens diretas, correio eletrônico, spark (mensagens instantâneas entre o efetivo), SIGADAER para orientações (e elaboração de documentos formais), reuniões da

administração e informações disponibilizadas ao público interno do Comando da Aeronáutica pela INTRAER (intranet).

Além disso, as funções são segregadas, com a finalidade de reduzir o risco de erro ou fraude, e são utilizados sistemas informatizados para o controle de patrimônio móvel e dos bens e valores sob a responsabilidade da UJ.

Embora realizada informalmente no âmbito da UJ, exceção feita ao contido no documento “Plano de Continuidade do Sistema Dólar, item 4 -”, Procedimentos de Contingência”, não há outro documento formal de análise de risco inerente às demais atribuições de seu sistema.

O monitoramento contínuo é incorporado à rotina por meio das atividades de controle e as autenticações realizadas pela assessoria de controle interno (PPCI) da UJ. Alguns procedimentos que são realizados na UJ contam com o apoio de organizações que participam de determinados processos, como, por exemplo, o processo de acompanhamento da execução financeira e orçamentária que é realizado, em conjunto com a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, de todas as organizações do COMAER.

De modo geral, a SDPP conta com um ambiente de controle favorável à consecução de seus objetivos institucionais, pois suas estratégias e objetivos estão estabelecidos, o processo que trata de pagamento de pessoal está estruturado e fatores como valores éticos, competência profissional e desenvolvimento de pessoal também estão presentes na organização de forma permanente, visto que são estabelecidos de maneira padronizada por meio de normativos do COMAER e da própria UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS

Inicialmente, registre-se que na confrontação do efetivo total (114 pessoas) constante da tabela 5.1.1 com os totais das tabelas que tratam da “Quantidade de Servidores por Faixa Etária” e da “Quantidade de pessoas por nível de escolaridade” há uma diferença de 4 pessoas, haja vista que o somatório das colunas de cada uma destas tabelas apresentam um efetivo de 118 pessoas. Observou-se também que na relação do efetivo constante do PAG, atualizado em 14/01/2013, constam 116 pessoas, o que não confere com número constante do Relatório de Gestão – 2012 (114 pessoas), datado de 01/02/2013. A Administração deverá observar que a data das informações, a ser considerada na elaboração do Relatório de Gestão, deve ser a de 31/12/2012.

De acordo com as informações contidas no item 5.1.1 do Relatório de Gestão/2012, o efetivo existente, 114 pessoas, está em acordo com o autorizado. A força de trabalho existente é composta por 95 militares da ativa, 1 militar reconvocato, 9 militares tarefa por tempo certo e 9 servidores civis.

A faixa etária de maior concentração de servidores civis é a de 51 a 60 anos, com 8 pessoas, o que corresponde a 89% do total de servidores civis. Nota-se, nessa amostragem, que a maioria dos servidores civis já se encontra numa faixa próxima à aposentadoria e a futura substituição destes servidores por outros servidores civis ou por militares já deve ser alvo de planejamento da Administração da SDPP.

A faixa etária de maior concentração de militares é a de até 30 anos com 47 pessoas, o que corresponde a 45% do total de militares. Se considerado o efetivo como um todo, civis e militares, permanece como a faixa de maior concentração a de até 30 anos, com 47 pessoas, o

que corresponde a 41% do total de efetivo.

Na análise do nível de escolaridade verificou-se que o nível de escolaridade de maior concentração é o de segundo grau ou técnico com 59 pessoas, o que corresponde a 47% do total do efetivo. O efetivo de nível superior, 35 pessoas, corresponde a 25% do efetivo total. Portanto, 94 pessoas possuem níveis de escolaridade entre o 2º grau e o superior, o que corresponde a 82% do efetivo da UJ.

Constata-se, dessa amostragem, que a maioria do efetivo possuiu nível de escolaridade adequado às atividades desenvolvidas na SDPP.

Conforme informações obtidas nas entrevistas e visita aos setores da SDPP o efetivo, embora atenda à demanda atual, ainda não é o ideal para a UJ, em particular, no setor de conferência e análise.

Apesar da deficiência informada, de forma geral, quantitativamente e qualitativamente, o efetivo existente (militares e civis) vem atendendo às expectativas da SDPP.

Registre-se, finalmente, que os militares estão sujeitos a movimentações por necessidade do serviço (transferências, cursos etc), licenciamentos, ou afastamento por motivo de saúde do próprio ou de familiar, de modo que há uma constante preocupação quanto à necessidade de preenchimento dessas eventuais ausências, haja vista a dificuldade de pessoal disponível para realizar as substituições necessárias, oportunamente, em número e qualidade desejados.

7. TRANSFERÊNCIAS

Não ocorreram no exercício.

8. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A SDPP é uma UGCRED apoiada pelo Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro – GAP- RJ (unidade consolidada ao Comando-Geral de Operações Aéreas) e não realiza, portanto, procedimentos licitatórios para suas aquisições/contratações.

Os procedimentos licitatórios realizados pelo GAP RJ em benefício da SDPP são verificados por ocasião das auditorias de conformidade realizadas pelo Órgão de Controle Interno do COMAER.

9. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não houve, na Unidade, a ocorrência de uso de cartões de pagamento do governo federal, no exercício de 2011.

10. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Não foram assumidos passivos sem a prévia previsão orçamentária.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

De acordo com o disposto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, elaborado pela Diretoria de Intendência (DIRINT), a SDPP atua como Órgão Central de Tecnologia da Informação para as organizações da DIRINT sediadas no mesmo prédio em que esta se encontra.

Atua também como elo de coordenação da Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica – DTI, criada pelo Decreto nº. 7.069, de 20 de janeiro de 2010, órgão responsável pela gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do COMAER.

Quanto aos procedimentos para salvaguarda da informação, são seguidas as normas emitidas pela DTI e pelo Centro de Inteligência da Aeronáutica. A política de segurança da informação é desenvolvida de acordo com as necessidades e possibilidades da UJ. Utiliza dispositivos que garantem a segurança dos acessos aos sistemas e o sigilo das informações, realiza periodicamente o *backup* físico, armazena os *backups* remotos em outro espaço físico que não o da UJ, porém, no mesmo prédio.

O perfil dos recursos humanos existentes não é o ideal quantitativamente, mas atende às necessidades da UJ, sendo composto por militares e civis.

A Equipe de Auditoria considerou a avaliação condizente com a realidade apresentada; no entanto, a documentação apresentada para fundamentar as afirmações existentes nos diversos itens preenchidos pela UJ limitou-se à apresentação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, elaborado pela DIRINT.

12. IRREGULARIDADES

Não houve no exercício abertura de processo de Tomada de Contas Especial ou de Sindicância que envolva responsável arrolado no artigo 10 da IN TCU nº 63/2010 e no art. 5º da DN nº 124/2012.

13. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A SDPP ocupa a sobreloja do prédio sito à Avenida Marechal Câmara nº 233 – Castelo – Rio de Janeiro – RJ, cedido pelo Comando da Aeronáutica. O referido imóvel é administrado pelo Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro (GAP RJ), a quem cabe a gestão patrimonial do imóvel.

Não houve no exercício de 2012, locação de imóveis para uso de servidores ou para uso do órgão.

14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não aplicado à natureza jurídica das UJ do Comando da Aeronáutica.

15. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não foram identificadas no momento da Auditoria de Gestão situações não contempladas nos itens anteriores que afetem o julgamento da gestão dos responsáveis

arrolados no processo de contas.

IV - RECOMENDAÇÕES

1. Diligenciar para que todas as metas a atingir no exercício sejam quantificadas e registradas no Programa de Trabalho da Unidade Gestora;
2. Descrever resumidamente as atividades desenvolvidas em cada etapa dos macroprocessos;
3. Avaliar a necessidade de pessoal civil, com objetivo de recompletar as vagas provenientes da redução do efetivo de civis ocorrida nos últimos anos. Verificar a relevância desses cargos para a organização, envidando esforços junto à Unidade de Gestão de Pessoal para que seja implementada uma política de reposição dessa força de trabalho;
4. Inserir no PAG os documentos comprobatórios referentes às avaliações/informações constantes do Relatório de Gestão da SDPP; e
5. Envidar esforços no sentido de que os *backups* realizados sejam armazenados em outro local, de preferência em outro prédio, a fim de possibilitar a recuperação da informação em caso de sinistro.

V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, opinamos pela REGULARIDADE da gestão do responsável pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2012.

Brasília, 01 de agosto de 2013.


PAULO NORBERTO PRATES DE OLIVEIRA – Cel Int R/1


ARIANE DE ALMEIDA PEDROSA PITASSI SALES – 2º Ten QCOA CCO